

Como os historiadores escrevem a história das sociedades passadas?¹

Diogo da Silva Roiz*

Não é recente a preocupação dos historiadores em encontrar procedimentos investigativos para se inquirir as sociedades passadas e as sociedades presentes. Ocupando-se da análise dos processos conduzidos por variados movimentos de ação do tempo, que circunscrevem os homens e as sociedades, os historiadores se questionam se é possível escrever e interpretar o que já não existiria mais na sua totalidade naquele momento preciso da escrita. Desde, pelo menos, o século XVIII, em função de um instigante processo de institucionalização de variadas áreas do saber e dos questionamentos levados a cabo pelas ciências exatas e biológicas às ditas “ciências humanas” (nome estranho já que toda ciência é criada pelo homem), por não alcançarem os mesmos padrões científicos de análise, estas procuravam se justificar. O problema fundamental estava em

que nas chamadas áreas exatas e biológicas seus objetos eram entendidos como “concretos”, “palpáveis” e “manipuláveis experimentalmente”, ao passo que nas humanidades seus objetos eram vistos como “móveis”, “fugidios” e “abstratos”. Alguns observavam que a questão era que os historiadores não pegavam o tempo (como poderiam?) ou faziam experiências com o passado, assim como o biólogo tomava ou observava insetos, animais e plantas e com eles poderia fazer experimentações – para ficar em um único argumento crítico da época.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Unesp, Campus de Franca, foi bolsista Capes. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campus de Amambai.

¹ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história*. Como os historiadores mapeiam o passado. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 211p.

Assim, muito embora os historiadores demonstrem sua preocupação em como pesquisar o passado, é ainda escasso o número de livros e estudiosos que se preocupam e se detêm especificamente nos aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa e da escrita da história. De fato, se formos recensear, como muitos autores já o fizeram, o número de textos preocupados com os percalços da pesquisa e da escrita da história, verificaremos que o resultado encontrado é, no mínimo, alarmante. Se nos voltarmos para aqueles que possuem uma preocupação também “didática” com o ensino da pesquisa e da escrita da história, com a pretensão de instrumentalizar o iniciante que se debruça sobre a formação e o desenvolvimento do ofício de historiador, talvez fiquemos ainda mais perplexos.

Muito embora exista o argumento de que os historiadores se valem de suas relações interdisciplinares (com outras áreas do saber) para definir e apreender seus instrumentos conceituais, suas teorias e seus procedimentos, tal argumento deixa implícitas as insuficiências da área em criar “modelos” investigativos específicos aos seus problemas e objetos. Não que a relação da história com as “ciências sociais” não seja profícua. Sobre isso se evidenciaram em todo o século XX os ganhos para a história ao dialogar e se identificar também como uma ciência social. A esse respeito, autores como Marc

Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, para ficarmos apenas no grupo da célebre revista *Annales*, já discutiram adequadamente sobre a questão. No entanto, o problema não está no que se ganha, e sim no que se perde quando a área se limita a ser apenas um filtro de “modelos” e “instrumentos” vindos de outras áreas (ditas “vizinhas” da história).

Não é por acaso que a maioria dos autores preocupados diretamente com essa questão tenta, senão solucioná-la, ao menos encontrar “novos” e “outros” caminhos e possibilidades. Afinal, qual a preocupação da dita “escola metódica francesa” e do manual *Introdução aos estudos históricos*, publicado em 1898 por Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (apenas traduzido no Brasil em 1948 e desde então esgotado)? Quais os problemas que François Simiand nos seus textos de 1903 (depois reunidos no livro *Método histórico e ciência social*) estava levantando ao ofício dos historiadores (só traduzido em 2003 no Brasil, portanto, cem anos depois de seu lançamento original!)? O que estaria pensando Marc Bolch quando escreveu sua obra (infelizmente inacabada) *Apologia da história ou ofício de historiador*, publicada postumamente, em 1949, por Lucien Febvre (da qual contamos com a tradução portuguesa de 1965 e agora com a recente tradução, em 2002, no Brasil da obra)? Ou Lucien Febvre, quando, em 1953,

reuniu no livro *Combates pela história* alguns de seus artigos e resenhas publicados originalmente na revista *Annales* nas décadas de 1930 e 40 (da qual contamos com traduções em espanhol e português, mas ainda não traduzida no Brasil)? Ou Fernand Braudel (depois sua esposa), quando reuniu artigos dispersos para formarem seus livros *Escritos sobre história I e II* (dos quais já contamos com traduções no Brasil)? Ou E. H. Carr quando reuniu em 1961 suas famosas conferências no livro *Que é história* (traduzido em 1982 no Brasil)? Ou mesmo, Eric Hobsbawm, que em 1997 reuniu artigos dispersos para formar seu livro *Sobre história* (traduzido no mesmo ano no Brasil)?

Todos esses questionamentos (respeitando-se, evidentemente, o lugar e a época em que foram lançados os textos dos autores), efetuados à obra dos autores, e que representam parcela significativa do que foi produzido sobre esse tema, só servem para indicar como a questão posta desde o início deste texto é complexa, difícil de ser resolvida e sempre recorrente ao ofício dos historiadores (e em nenhum momento se procurou desconsiderar a importância do conhecimento de idiomas estrangeiros para o profissional).

Pelo que até aqui foi dito, já seria suficiente para comemorar a publicação do livro *Paisagens da história*, do

professor John Lewis Gaddis (ainda mais por ser obra de um especialista em História Militar e Naval, na universidade de Yale, reconhecido por seus textos sobre história da Guerra Fria e que agora demonstra suas preocupações com as questões teóricas e metodológicas do ofício). Todavia, para nós professores e estudantes universitários brasileiros de história há ainda outra razão importante: a diminuição no tempo de tradução e publicação de livros estrangeiros fundamentais (como acima tentamos simultaneamente demonstrar). E isso se deve a vários motivos, dos quais, entre os mais importantes, estariam: a) o crescimento do público leitor especializado e interessado por história no Brasil (basta, para isso, notar o sucesso de revistas especializadas de ampla circulação como a *Nossa História*, *História*, *História Viva*); b) o crescimento, desenvolvimento e a consolidação de cursos de graduação e pós-graduação em história (e ciências sociais) em todo país; c) a consolidação de um campo de pesquisas e estudos em teoria e filosofia da história no Brasil, com a criação de vários grupos no país, cadastrados no CNPq (campo este que por décadas ficou à margem, sob a “responsabilidade” de autores originais e corajosos como José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Ciro Flamarion Cardoso); d) e a

melhoria e profissionalização de serviços das velhas e novas editoras comerciais e universitárias (com incentivos governamentais, como a diminuição de impostos).

O livro ora referido foi lançado em 2002 na Inglaterra e em 2003 no Brasil, pela Editora Campus, numa cuidadosa tradução efetuada por Marisa Rocha Motta, com a coordenação editorial da professora Mary Del Priori. Dentro dos limites de uma resenha tentaremos apenas circunstanciar o argumento central do autor.

O livro foi dividido em oito capítulos, nos quais o autor se detém: a) em discutir a idéia de paisagem para a história e como os historiadores mapeariam o passado a partir de fragmentos deixados pelas sociedades de outrora (cap. 1: *Paisagens da história*); nas suas palavras: “Quando pensamos o passado como uma paisagem, a história é o modo pelo qual a representamos, e é este ato de representação que nos diferencia do familiar, deixando-nos vivenciar através de outrem o que não podemos experimentar diretamente: uma visão mais ampla” (GADDIS, 2003, p. 19); b) como essa idéia perpassaria na questão do tempo da história e do espaço da geografia, demonstrando critérios de escolha, principalmente para o caso da história, que viabilizariam o trabalho do profissional, tais como de

seletividade, de simultaneidade e de escala (cap. 2: *Tempo e espaço*); c) indicando quais as dificuldades que os historiadores encontram ao tentarem reconstituir os processos e lidarem com questões estruturais, como a formação de um sistema econômico e social (cap. 3: *Estrutura e processo*); d) observando quais as variáveis com que terá de lidar de acordo com suas escolhas temáticas, ou mesmo seus compromissos sociais (cap. 4: *A interdependência de variáveis*); e) que inevitavelmente lhe instiga a tentar reconstituir “verdades” passadas, que se tornaram dispersas, em função de o historiador lidar com um tempo complexo e caótico, no qual a linearidade passado-presente-futuro não serve mais como um porto seguro para os profissionais, como era no século XIX (cap. 5: *Caos e complexidade*); f) precisamente porque o número de narrativas possíveis de serem escritas sobre o passado parece não apenas múltiplo, como ainda são interdependentes, complementares e acumulativas, em níveis de reconstituição parciais, nunca totais, das sociedades de outrora (cap. 6: *Causa, contingência e contrafactuais*); g) além disso, para o autor, parece imprescindível aos profissionais da história saberem observar a especificidade da pesquisa histórica e suas diferenças com as outras áreas do saber, em termos teóricos, metodológicos, de fontes e objetos,

muito embora ressalte que o historiador também deve saber como os profissionais de outras áreas trabalham, pesquisam ou discutem o ofício (cap. 7: *Moléculas com mentes próprias*); h) e, por fim, o autor se volta para a metáfora inicial sobre paisagens (reais, construídas, imaginadas e representadas), tentando discutir as perspectivas do historiador, levando em consideração os instrumentais do passado e do presente, para os quais este deve estar sempre atento para almejar pensar historicamente e de forma adequada (quando inquirir as sociedades passadas), já que traz consigo as paixões do presente (cap. 8: *A perspectiva do historiador*).

Como se tentou indicar no resumo acima da obra, o autor dirige sua atenção para questões fundamentais ao ofício dos historiadores, por meio da interpretação do passado como uma *paisagem* e da história enquanto suas possíveis *representações*. Para ele:

O reconhecimento da insignificância do homem não realça, como seria de esperar, o papel da mediação divina na explicação das questões humanas: é justamente o oposto. Esse fato fez surgir uma consciência laica que, para melhor ou pior, atribui a responsabilidade dos acontecimentos históricos diretamente as pessoas que vivem através da história (Idem, p. 21) (...) [por isso foi imprescindível] interpretar o passado visando ao presente com a perspectiva de gerir o futuro; porém sem se privar da capacidade de acessar

as circunstâncias especiais nas quais se deve agir, ou a relevância das ações passadas em relação a elas (Idem, p. 25).

Define, em seguida, em que termos pensou a questão do mapeamento do passado:

E, então, se pensarmos a história como uma espécie de mapeamento? Se, como sugeri anteriormente, o passado é uma paisagem e a história a maneira pela qual o representamos, essa pergunta poderia fazer sentido. Estabeleceria um vínculo entre o reconhecimento padrão como a forma mais primária da percepção humana e fato de que toda história – até mesmo a narrativa mais simples – induz ao reconhecimento desses padrões. Permitiria variar os níveis de detalhamento, não simplesmente como reflexo de escala, mas também da informação disponível num dado momento sobre uma paisagem específica, geográfica ou histórica. Porém, o mais importante, esta metáfora permitiria nos aproximarmos do caminho trilhado pelos historiadores quando eles alcançam seus objetivos (Idem, p. 49).

Por esse motivo, acabou se tornando inevitável a análise do autor sobre a história ser ou não uma ciência. Acompanhemos seu argumento:

A história é, então, uma ciência? Fiz essa pergunta recentemente a um grupo de estudantes de pós-graduação de Yale e uma resposta [...] fez todo sentido para mim: é que deveríamos nos concentrar em determinar quais ciências são históricas. A distinção se estabelecerá na divisória entre *capacidade real de réplica* como padrão comprobatório – a representação de experimen-

tos laboratoriais – e capacidade *virtual de réplica* associada a experiências reflexivas. E o diferencial seria a acessibilidade *versus* inacessibilidade de processos (Idem, p. 59-60).

A distinção acima o fez refletir sobre as proximidades e os distanciamentos entre a história e as “ciências sociais” e entre a história e as “ciências exatas e biológicas”. Mais uma vez vale a pena acompanhar seu argumento:

Os cientistas sociais particularizam, visando a objetivos gerais e, por isso, eles realizam uma *particularização generalizada* (Idem, p. 80-1) [...]. *Os historiadores trabalham com generalizações limitadas e não universais* [...] *acreditam em causalidades contingentes e não categóricas* (Idem, p. 82) [...] *preferem simulações à moldagem* [...] *Reconstituem processos por meio do conhecimento das conseqüências* (Idem, p.83) [...] generalizam, mas só a partir de conhecimentos de resultados determinados: isso é o que classifico de generalização específica (Idem, p. 84) [...] por isso acabou chegando na conclusão inusitada de que] os métodos dos historiadores se aproximam mais dos de alguns cientistas naturais do que da maioria dos cientistas sociais (Idem, p. 89).

Desde o início o autor deixa claro estar tentando seguir os passos de Marc Bloch de, *Apologia da história* e E. H. Carr era *Que é história?*, e de procurar defender a função do ofício de historiador nas sociedades contemporâneas.

Após a instigante leitura deste texto tentemos, por fim, levantar sinteticamente algumas conclusões do au-

tor: a) não é porque a idéia de “verdade única” tenha perdido legitimidade (por ser inalcançável) que o historiador deve perder seu compromisso de inquirir o passado e escrever a história, com vistas a reconstituir “possíveis verdades” sobre os homens e as sociedades de outrora; b) não é porque a idéia de “sentido” venha sendo veementemente criticada que os homens e mulheres do passado não vissem sentido algum em suas ações e representações; ou que, mesmo sabendo que os indícios do passado são insuficientes para reconstituirmos os “possíveis sentidos e verdades” de outrora e que, quando as tentem reconstituir os historiadores insiram um sentido em sua escrita, que se devam perder tais horizontes, fundamentais no ofício dos historiadores, porque é sua função social reconstituir a história das sociedades; c) são aquelas características que constituem a identidade do historiador; e, embora no século XIX sua função social estivesse limitada a “forjar” identidades, a partir das ações dos “grandes homens” representantes e soberanos de Estados ou Igrejas (com base em fontes oficiais), no século XX, e, mais ainda, no período contemporâneo, os historiadores devem ter como meta reconstituir, com base em todos os tipos de documentos (e na “memória coletiva”), as identidades de todos os grupos das sociedades de outrora:

Mas e a sociedade, e o papel do indivíduo nela? Assim como o equilíbrio entre opressão e liberação constrói a identidade de uma pessoa, o mesmo pode ser verdadeiro para um sistema social. Aqui pouco se pode fazer sem a história como disciplina, pois são os meios pelos quais a cultura vê além dos limites de seus próprios sentidos. É a base, ao longo do tempo, do espaço e da escala, de uma perspectiva maior. Uma consciência histórica coletiva, portanto, pode ser um pré-requisito para uma sociedade saudável, totalmente balanceada, assim como o é o equilíbrio ecológico característico para uma floresta e um planeta saudável (Idem, 169).